

Paula Beatriz Rêgo Menezes
Jovenildo Cardoso Rodrigues
Wellington Augusto Andrade Fernandes

Território e desigualdades socioespaciais

Uma análise acerca das dinâmicas urbanas na cidade de Barcarena-PA

Resumo

O território das cidades brasileiras e amazônicas vem passando por transformações aceleradas nas duas últimas décadas do século XXI, tendo como resultado a incorporação desses territórios no contexto de mundialização do capital. A partir disso, o presente artigo tem como objetivo analisar as dinâmicas territoriais intensificadas pela expansão urbana e usos do território no município e na cidade de Barcarena a partir dos anos de 2000, sob o viés das desigualdades socioespaciais. Para isso, realizou-se levantamentos e análises documentais. A pesquisa também foi composta com registros fotográficos, produção cartográfica e entrevistas semiestruturadas com agentes do poder público municipal e representantes das comunidades locais. Por fim, os resultados obtidos pela presente pesquisa revelam que Barcarena-PA, apesar do acelerado crescimento urbano, ainda constitui intensas relações urbano-rurais, as constantes transformações potencializadas pela indústria, que concebeu um desenvolvimento geográfico desigual, com manifestações expressivas nos usos e contrausos do território.

Expansão urbana

Territorialidades

Comunidades tradicionais

Geoprocessamento

Barcarena-PA

Abstract

The territories of Brazilian and Amazonian cities have been undergoing accelerated transformations in the last two decades of the 21st century, because of the incorporation of these territories in the context of the globalization of capital. Therefore, aim at to analyze the demographic dynamics the urban expansion and land uses in the municipality and in the city of Barcarena from the 2000s onwards. For this purpose, surveys and documentary analysis were carried out. The research was also composed with photographic records, cartographic production and semi-structured interviews with municipal government agents and representatives of local communities. The results obtained by the present research reveal that Barcarena-Pa despite the accelerated urban growth still constitutes intense urban-rural relations, the constant transformations potentiated by the industry, conceived an uneven geographic development, with expressive manifestations in the uses and counter-uses of the territory.

Urban expansion

Territorialities

Traditional communities

Geoprocessing

Barcarena-PA

INTRODUÇÃO

A década de 1970 permite identificar algumas mudanças significativas no contexto de ações do governo federal, no sentido de incorporação da Amazônia brasileira no âmbito das determinações da produção capitalista do espaço, sobretudo com a implantação da Política de Integração Nacional, bem como a partir de ações estruturantes no território amazônico, a saber, pela implantação de uma rede urbana complexa (rede rodoviária, rede elétrica, rede de comunicações etc.) (CORRÊA, 1987; BECKER, 1991). Em escala local, esse período é marcado por transformações rápidas no município e na cidade de Barcarena (Figura 1), as quais refletiram nos territórios urbano-rurais do referido município, com rebatimentos profundos nos modos de vidas de comunidades tradicionais (NAHUM, 2006).

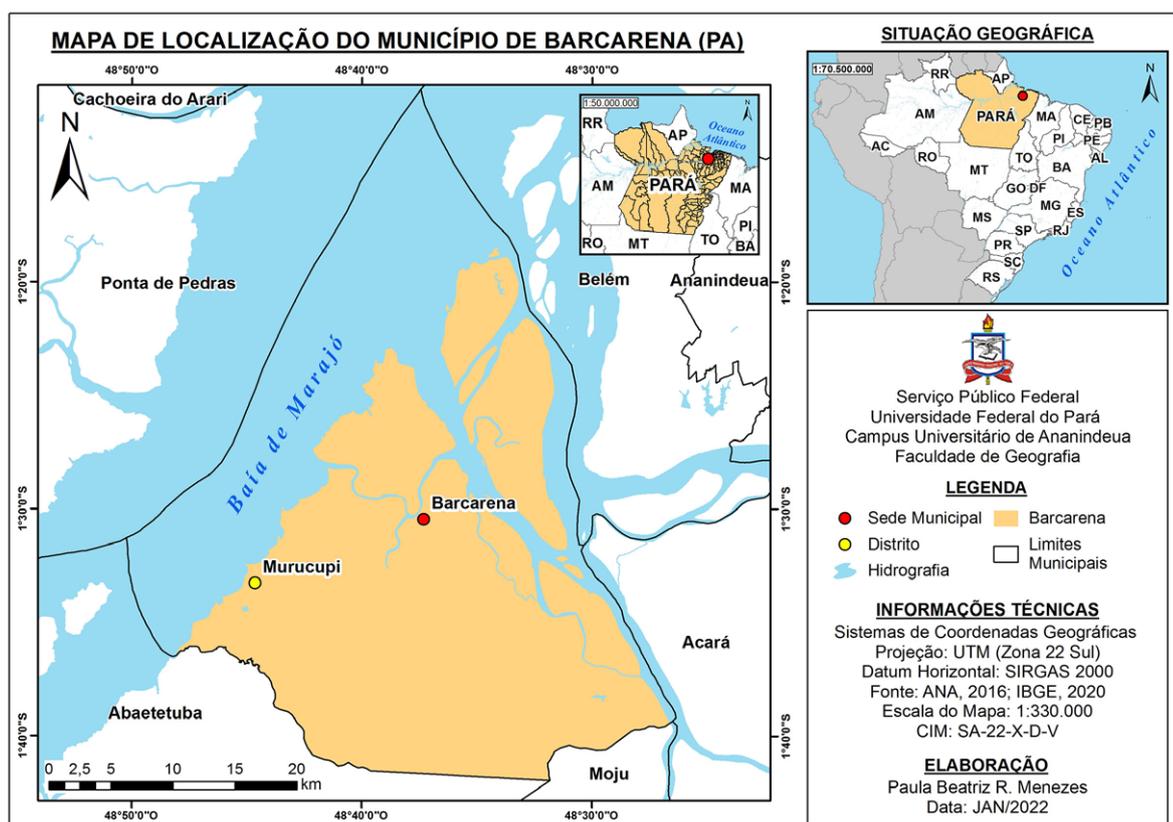
O presente trabalho tem como objeto de estudo o território e as desigualdades socioespaciais. A referida pesquisa objetiva analisar as dinâmicas territoriais e as desigualdades socioespaciais no município e na cidade de Barcarena a partir dos anos de 2000. Além disso, tem como objetivo identificar e caracterizar os usos do território no contexto de formação do município e da cidade de Barcarena a partir de elementos histórico-geográficos, cartografar esses usos vinculados ao processo de ampliação da mancha urbana

provocada pela indústria e, com isso, analisar as desigualdades socioespaciais. Justifica-se pela necessidade de discutir essas dinâmicas promovidas pelo acentuado crescimento urbano nos últimos anos e inerentes à nova condição espacial dessa cidade enquanto “cidade na floresta”, em suas formas e conteúdos urbanos, bem como em suas diferenciações espaciais e no contexto do território sobre sua origem, seu processo de industrialização e o modo de vida da população barcarenense, sendo eles: ribeirinhos, indígenas e quilombolas. (TRINDADE, 2010)

Para tal, utilizar-se-á de uma abordagem metodológica baseada no movimento de contradições da realidade social. A esse respeito, Smith (1988) afirma que essa perspectiva possibilita-nos pensar o movimento de ações e relações de produção social do espaço considerando as manifestações particulares da produção capitalista do espaço e suas reverberações na escala das cidades brasileiras, onde se busca traçar uma compreensão das configurações na produção do espaço construído conforme a expansão dos perímetros urbanos, o aumento de ocupações urbanas e o crescimento populacional, que irão permitir fazer uma reflexão sobre as desigualdades socioespaciais na área de estudo (RODRIGUES, 2015).

O respectivo trabalho está subdividido em cinco momentos, articulados e complementares, sendo eles: o primeiro momento marcado por esta introdu-

Figura 1: Mapa de localização do município de Barcarena (PA)



ção. Por sua vez, o segundo momento é marcado por uma abordagem teórico-metodológica. Com isso, o terceiro momento constitui-se de uma abordagem histórico-geográfica do município e da cidade de Barcarena. O quarto momento nos permite analisar as dinâmicas territoriais e as desigualdades socioespaciais em um contexto marcado por usos do território diferentes, diversos e desiguais. Finaliza-se com uma conclusão, momento no qual resgatamos alguns elementos da pesquisa e apresentamos os resultados.

METODOLOGIA

Como procedimentos metodológicos, este trabalho baseia-se em levantamentos e análises bibliográficas de artigos, dissertações, teses e livros que abordam a concepção de território e conceitos-chave como: espaço urbano, cidades, território e usos do território. A pesquisa também obteve a composição de registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas (LAVILLE; DIONNE, 1999) com agentes do poder público municipal e representantes das comunidades locais. Além disso, a produção de uma cartografia para evidenciar a formação do município e da cidade de Barcarena, tangendo a produção territorial da cidade e os seus usos. A partir disso, então, buscamos compreender os elementos e sistemas inseridos neste território.

A produção cartográfica constitui-se a partir de dados dos anos de 1985 a 2020, com o intuito de analisar as configurações e reconfigurações da cidade de Barcarena diante dos processos iniciados em meados da década de 1970 por meio das ações estruturantes da Política de Integração Nacional, além de permitir uma reflexão acerca das transformações territoriais nas últimas décadas. Deste modo, foram desenvolvidos: 1) Mapa de localização da área de estudo; e 2) Mapa multitemporal de uso e cobertura da terra, que irá permitir analisar o uso e ocupação do território; e 3) Mapa da mancha urbana do município de Barcarena-PA, o qual possibilitará analisar a expansão urbana. Para a produção dos mapas, utilizou-se o *software ArcMap 10.5*.

Ao consistir a sistematização dos dados e a composição cartográfica, foram utilizados dados do Projeto MapBiomass¹ da Coleção 6, baixados na plataforma *Google Earth Engine* e, com isso, o projeto

determina cinco passos metodológicos gerais para a geração das coleções anuais. A legenda utilizada nos mapas corresponde ao esquema de classificação estabelecido pelo Projeto MapBiomass, constituindo-se um sistema hierárquico com uma combinação de classes *LCLU* (SOUZA *et al.*, 2020). As classes que constituíram a Figura 3, situada nos resultados da pesquisa, predominantemente, são: Formação Florestal; Formação Savânica; Mangue; Campo Alagado e Área Pantanosa; Formação Campestre; Pastagem; Área Urbanizada; Outras Áreas não Vegetadas; Mineração; Apicum; Rio, Lago e Oceano; Outras Lavouras Temporárias; e Outras Lavouras Perenes.

A utilização dos mosaicos produzidos pelo MapBiomass se justifica pela relevância e maior concisão dos dados, visto que são realizados os estudos anualmente, além de fazerem o uso dos sensores ópticos da série de satélites LandSat, os quais possuem um acervo histórico e contínuas atualizações tecnológicas.

Por fim, realizou-se a sistematização de tabelas de informações da área de estudo, resultado do levantamento, organização e triangulação de dados demográficos, econômicos e sociais, além da utilização de dados cartográficos, metadados e de dados espaciais de órgãos públicos, como da Prefeitura Municipal de Barcarena, Governo do Estado, IBGE e de multi-institucionais, como no caso do Projeto MapBiomass. As variáveis escolhidas constituíram-se de: infraestrutura, moradia e demografia. Já os indicadores são: população residente e migração.

ESPAÇO E USOS DO TERRITÓRIO: REVISITAÇÕES CONCEITUAIS

À luz da abordagem teórico-metodológica, a análise da configuração dos usos do território e da produção territorial da cidade tem o intuito de caracterizar esses usos na escala da cidade de Barcarena. A respeito disso, em termos anteriores ao território, é necessária a compreensão primeiramente sobre o espaço. Para isso, iniciamos a partir da análise de Souza (2013), que discute sobre os conceitos de espaço geográfico, espaço social, organização e produção do espaço, sendo o primeiro um conceito mais amplo, no qual se é discutida a “primeira natureza” e a “segunda natureza”. Já o segundo seria uma qualificação do primeiro, no qual existem diferentes dimensões das relações sociais onde emerge a discussão sobre território e lugar.

Desta forma, para explicar o espaço geográfico, o autor propõe que o espaço da “primeira natureza” é “referente à natureza completamente exterior ao homem e não captada a sua consciência” (SOUZA, 2013, p. 30), o qual seria uma forma mais “la-

1 Projeto MapBiomass – Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil, acessado em 07 de jan. 2022 através do link: <https://mapbiomas.org/>. Projeto MapBiomass é uma iniciativa multi-institucional para gerar mapas anuais de cobertura e uso do solo a partir de processos de classificação automática aplicada a imagens de satélite.

boratorial” de lidar com o meio, visto que a relação homem-natureza sempre foi mediada pela cultura e pela história. Para Souza (2013) o espaço da “natureza segunda”, são os espaços materiais modificados pela sociedade e sobre espaços simbólicos, em que as projeções espaciais de poder de certo modo representam a materialidade e a imaterialidade, o que considera como “espacialidade social”. Portanto, através dessas considerações, pode-se dizer que o espaço geográfico e o espaço social são análogos, sendo o espaço social aquele no qual falamos do objeto material.

Adiante, Souza (2013) provoca: “será que a ideia de materialidade esgota a ideia de espaço social?”. Essa materialidade é denominada de “noção intuitiva” como um passo anterior ao território, tem relação com as limitações e fronteiras que são demarcadas a partir de uma relação de poder. Segundo o autor, há diversas formas de demarcações, ou seja, há diversas relações de poder e, conseqüentemente, não haverá apenas um tipo de território.

Podemos relacionar as considerações de Souza (2013), traduzindo através de Santos (2013), o espaço geográfico possui em si substâncias do meio científico-tecnológico-informacional, ou seja, os processos vitais e de produção são oriundos da cientificização e tecnicização da paisagem. Significa dizer que é parte da informatização (ou informacionalização) do espaço, com isso, os espaços são requalificados e costumam atender aos interesses de atores hegemônicos da economia e da sociedade e, desta forma, são incorporados às correntes de globalização (SANTOS, 2013).

Portanto, as reflexões anteriores permitem concordar com Raffestin (1993), que retrata o espaço como anterior ao território, sendo assim, o território é uma produção a partir do espaço. Mas, para se produzir território, é preciso necessariamente de um agente produtor de espaço que detenha relações sociais de poder. Nessa perspectiva, o autor relata o território como o local onde se é projetado trabalho, energia e informação. Sendo assim, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator “territorializa” o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Seguindo a ideia de territorialidade de Raffestin, é utilizado o fato de que o agente produtor do território “territorializa” o espaço. Santos (2006), no primeiro capítulo do seu livro, inicialmente faz uma pequena crítica à linguagem contemporânea sobre confundir território e espaço. A partir disso, tem abordado sobre a ideia de territorialidade como sinônimo de pertencer a algo que nos pertence, presumindo que o sentimento de pertencimento é uma característica humana pelo fato de o homem se pre-

ocupar com o destino e com as construções para o futuro. Desta forma, nos permite dialogar com Silva (2010), para quem o território é, além de um instrumento de poder político, também um espaço de identidade cultural.

Entretanto, ao falar da territorialidade, Santos (2006) continua assim dizendo que o espaço territorial estará sempre sujeito a sucessivas transformações e é visto como unidade e diversidade. Deste modo, se põe como objeto central da história humana, ao servir como superfície das diversas etapas, as quais seriam a inserção das técnicas e os sistemas técnicos, incluindo, de um lado, a materialidade e, de outro, os modos de organização e regulação do trabalho, assim, permitindo a discussão do território usado². Segundo o autor, essa organização e regulação permitem a criação de uma divisão territorial do trabalho, a qual cria hierarquia entre os lugares e redefine as características das pessoas e instituições.

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico. (SANTOS, 1987; SILVEIRA, 1997 *apud* SANTOS; SILVEIRA, 2020).

Para Santos (2020), dando continuidade à sua ideia, o território e o mercado estão em condição de conjuntos sistêmicos, mas constituem um campo de forças interdependentes. Assim, o território como um todo, por meio de agentes, possui capacidade de receber informações de toda e qualquer natureza, classificando-as e hierarquizando-as, como dito anteriormente. A partir disso, com as ações formadas e os objetos técnicos, há a regulação da economia e a regulação do território, visto que o processo de produção é fragmentado por consequência da divisão territorial do trabalho.

Com a regulação do território e a sua fragmen-

² Santos (2020;1986) entende o território usado como sinônimo do espaço geográfico e permite uma necessidade mais complexa de análise em que constitui o território. Ou seja, o território por si só não é uma categoria de análise, e sim o território usado, devido à noção de “[...] um território em mudança, de um território em processo” (SANTOS, 1986).

tação, observa-se a dinamização dos espaços e então os usos do território a partir dos agentes “territorializantes”. Partindo desse princípio, entramos no contexto em que a cidade se insere, com sucessivas transformações a partir de agentes, como, por exemplo, o capital, o qual acaba sendo um grande ator na produção da cidade. Por isso, afirma-se que a divisão articulada é uma expressão espacial de processos sociais onde é necessário se fazer a compreensão de que, neste momento, a apreensão do espaço é um reflexo da sociedade (CORRÊA, 1995). Sendo assim, a configuração da cidade capitalista é fortemente dividida e segregada, mostrando o reflexo de uma complexa estrutura social em classes, por isso o espaço urbano é profundamente desigual.

Fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isto envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial etc. O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica que, entretanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etários etc. (CORRÊA, 1995, p. 9).

O autor traz em questão que o espaço urbano capitalista, além de ser um espaço fragmentado e articulado, é também um condicionante social e, por meio dos simbolismos e das lutas, foi gerado por agentes que produzem e consomem espaço. Corrêa (1995) expõe sobre a complexidade dos agentes sociais, os quais são responsáveis pelos sucessivos processos de reorganização espacial. Esses agentes, produtores do espaço urbano, são considerados: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos.

Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Isto significa que estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso. (CORRÊA, 1995, p. 16).

Nesse sentido, Santos (1992) salienta o espaço como totalidade, e é a partir dele que se há a possibilidade de divisão e, a partir disso, se tem, então, os elementos do espaço, os quais seriam: os homens, as

firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas. Diante disso, esses elementos interagem entre si no espaço e geram uma complexidade de relações que irão permear a sociedade definindo formas de produção e de consumo.

Os diversos elementos do espaço estão em relação uns com os outros: homens e firmas, homens e instituições, firmas e instituições, homens e infraestruturas etc., mas, como já observamos, não são relações apenas bilaterais, uma a uma, mas relações generalizadas. Por isso, e também, pelo fato de essas relações não serem entre coisas em si ou si próprias, mas entre suas qualidades e atributos, pode-se dizer que formam um verdadeiro sistema. (SANTOS, 1992, p. 14)

A partir desse sistema, haverá subsistemas formados de variáveis. Na sua obra, Santos (1992) refere que todos dispõem de força própria na reestruturação do espaço, contudo, essa ação trabalha intrinsecamente com as demais variáveis. Ainda segundo Santos, os elementos do espaço são sistemas, nesse caso um sistema complexo e um sistema de estruturas, os quais estão em evolução permanente. Desta forma, “o comportamento do novo sistema está condicionado ao anterior”, o que significa dizer que os elementos espaciais de diferentes períodos representam a evolução da sociedade. Tais elementos tendem ou não a resistir aos processos de modernização.

ELEMENTOS DE FORMAÇÃO DA CIDADE DE BARCARENA NO CONTEXTO AMAZÔNICO

No processo histórico e geográfico da Amazônia, segundo Souza (2009), a história foi um processo herdado e imposto, fruto de um impacto colonial. De antemão, a Amazônia já era povoada antes da chegada dos europeus no século XVI. As sociedades amazônicas eram organizadas, ocupavam o território com povoados em nível urbano e “[...] possuíam sistema intensivo de produção de ferramentas e cerâmicas, agricultura diversificada, uma cultura de rituais e ideologia vinculadas a um sistema político centralizado e uma sociedade fortemente estratificada”. (SOUZA, 2009)

É a trajetória que vai da chegada do homem na região aos dias atuais. Mas, como sabemos, a Amazônia é um enorme subcontinente. Não poderia contar uma história sem que esta fosse, ao mesmo tempo, uma das formas da diversidade. Porque o subcontinente amazônico é o resultado de um inverossímil amálgama de diferenças microrregionais, cada uma com sua cultura particular, com a

própria história. (SOUZA, 2009, p. 16)

Ou seja, um fundamental elemento estruturante das cidades amazônicas foi oriundo da chegada dos europeus e de suas relações com o espaço, gerando heranças até hoje. Concordando com Souza (2009) sobre as diferenças microrregionais, Trindade Jr. (2015) revela, diante da “natureza complexa da urbanização amazônica”, a necessidade de que haja a diferenciação deste espaço, isto é, não se deve considerar esse processo como homogêneo, sendo fundamental analisar a Amazônia em diferentes formas e conteúdos urbanos existentes nesta região.

Conforme Trindade Jr. (2015), em meados da década de 1960, houve uma nova reestruturação do espaço amazônico, obtendo, como principais atuantes, o Estado e o grande capital. Essas mudanças foram proporcionadas através da incorporação de redes de infraestrutura, incentivos fiscais e creditícios, permitindo uma rápida ocupação do território “[...] com a presença de empreendedores, especuladores, migrantes, que, intermediados por ações intencionais do Estado, definiram uma nova ordem imposta ao território” (TRINDADE, JR., 2015, p. 99). Ainda segundo o autor, as estratégias de desenvolvimento obtiveram pelo menos três modelos de ordenamento territorial, os quais consistiam em geometrias diferenciadas (os pontos, referente aos polos de crescimento), as linhas (eixos de integração) e as zonas (malha socioambiental).

Dada as diferenciações internas do espaço amazônico em diferentes escalas, Becker (2004), na escala macrorregional, define, dentro do processo de urbanização difusa como consequências das políticas territoriais, quatro sub-regiões: a Amazônia centro-oriental, diretamente comandada por Belém (PA); a Amazônia ocidental, comandada por Manaus (AM); a Amazônia oriental, comandada por São Luís (MA); e a Amazônia meridional, sob a influência de Cuiabá (MT). E então, retoma-se Trindade Jr. (2015), que aponta esse processo de urbanização difusa vem ocorrendo simultaneamente em diversos pontos do espaço regional dentro das macrorregiões, sendo elas mais ou menos impactadas pelas novas dinâmicas.

A regionalização concebida a partir dos polos foi acompanhada da chegada de novos agentes com procedências diferentes e em ondas migratórias diversas. Eles foram responsáveis pelo surgimento de núcleos urbanos ou pelo crescimento e expansão de pequenos povoados já existentes, que culminaram, mais tarde, com a reconfiguração da malha municipal, dada a presença de um novo ou renovado poder econômico e político local, que definiu territorialidades cujos epicentros passaram a ser as

sedes políticas de novos e de antigos municípios. (TRINDADE JR., 2015, p. 100)

Nesse contexto de crescimento dos polos regionais, surgimento de núcleos urbanos ou de expansão de pequenos povoados existentes mencionados anteriormente, visamos discutir e permear reflexões acerca de Barcarena. O município, situado no estado do Pará e localizado a 36,3 km da capital paraense, pertence à Mesorregião Metropolitana de Belém, que durante décadas vem sofrendo impactos na estruturação da cidade frente às instalações das empresas de minério ligadas à exportação de alumina e alumínio desde as décadas de 1970 e 1980 no território de Vila do Conde, onde os empreendimentos estão situados. Sendo assim, o município está inscrito nas mudanças globais do circuito produtivo internacional na inserção de grandes infraestruturas globais, “porém possuindo sua formação socioterritorial conformada por ribeirinhos, extrativistas, indígenas e quilombolas” (RODRIGUES; HAZEU, 2019, p. 820).

Desta forma, durante o período militar, em meados da década de 1970, a cidade de Barcarena enfrenta consequências do chamado Milagre Econômico e, com isso, é lançado um novo olhar sobre a Amazônia na época. Diante do contexto em que Barcarena se insere, são consideradas reflexões a respeito do território amazônico nessa conjuntura. Porto-Gonçalves (2017) traz à tona visões acerca disso e explica que, por sua posição no interior de países periféricos, a Amazônia não é voz ativa diante do “sistema mundo capitalista moderno-colonial”, e perspectivas acerca do território amazônico acabam não sendo originárias da região. A partir disso, são expostas três principais ideias que se tem da Amazônia: “I. Amazônia como natureza prístina; II. Amazônia como vazio demográfico; III. Amazônia como ‘reserva’ e fonte inesgotável de recursos; IV. Amazônia como região do futuro”. (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 15)

Para Hazeu e Costa (2019), a política nacional voltada para a Amazônia obteve várias fases, planos e investimentos que iniciaram a partir do Programa Grande Carajás³, em cujos planos, não foi, a princípio, destinado a Barcarena um papel específico. Entretanto, o programa causou impactos indiretos e se fez sentir no contexto local, como observa em entrevista o secretário de planejamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento

³ “A implantação do pgc foi resultado da imposição do Estado brasileiro na Amazônia, como consequência das influências econômicas de empresas transnacionais, bancos financiadores, empresas estatais e siderúrgicas, não levando em consideração os povos indígenas e as outras populações tradicionais da região, apenas as riquezas minerais” (ANDRADE, 2015, p. 8).

Econômico de Barcarena (SEMADE) ao apontar resquícios do impacto. Sendo assim, considera-se uma das ideias colonialistas levantadas anteriormente sobre a Amazônia: a de “vazio demográfico” (PORTO-GONÇALVES, 2017), que, nas palavras do secretário, seria:

O lema para: terras sem homens pra homens sem terras se estabelece com uma velocidade gigantesca porque o Governo fazia uma associação, ele cria uma empresa chamada CONSOAL que é o Consórcio Albrás e Alunorte naquele momento e cria uma autarquia também que é a CODEBAR e parte da área que envolve o Estado fica sob o controle do ITERPA e outra parte fica no controle dessa outra empresa CODEBAR né que era uma autarquia criada pra fazer todo o estudo de viabilidade e desterritorialização dos empreendimentos [...] (Entrevista cedida ao LAHAM em trabalho de campo realizado em jun. 2019 pelo secretário de planejamento Jacobson Estumano).

Diante disso, o documento de Ofício nº 188/2018 – GB/PGM aponta a exclusão da Prefeitura Municipal de Barcarena do processo de arguição das obras do novo núcleo urbano, após a criação da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR), que tinha como objetivo executar obras de serviço de urbanização no novo assentamento urbano de apoio ao complexo industrial. Além disso, a Companhia e o Governo do Estado promoveram a desocupação da área a partir do Decreto nº 10.046 25 de abril de 1977⁴. Sendo assim, à luz do Ofício nº 188/2018⁵, considerava-se como área “para fins de utilidade pública” um polígono de cerca de 6.104 hectares no município de Barcarena, e foi atribuída à Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI-PA) a realização da desapropriação das áreas em questão e a consequente remoção das famílias ali residentes, para construção do empreendimento industrial.

Com isso, afirma-se que esse processo interferiu e desapropriou 513 famílias, “das quais cento e noventa e duas (192) eram residentes em comunidades localizadas no Território do Conde: setenta e três (73) em Tauá, cinquenta e duas (52) em Ponta Grossa, trinta e nove (39) em Conde, vinte e oito (28) em

Pramajó e dezessete (17) em São Joaquim”. (TOURINHO, 1991, p. 51-52; MOURA; MAIA, 1990 *apud* HAZEU; COSTA, 2019).

Os habitantes foram sendo deslocados de um canto para outro, perdendo suas bases de sobrevivência e contando com suas redes familiares e sociais para sobreviver, que naquela época ainda podiam lhes servir de retaguarda. Porém, aos poucos todos os territórios foram ameaçados, e envolvidos nos processos de desapropriação e deslocamentos forçados. (HAZEU; COSTA, 2019, p. 24)

Desde então, esses deslocamentos compulsórios promoveram novas condições e novas relações da população em face ao território. Com isso, o ato de (re)existir frente à nova condição espacial tornou-se iminente.

USOS TERRITORIAIS DA CIDADE E A FORMAÇÃO DE DOIS CENTROS URBANOS

Em meio à Política Nacional de Desenvolvimento e ao Programa Grande Carajás (PGC), Barcarena destaca-se a partir da terceira fase do programa. Assim, Coelho *et al.* (2004) explicam que a construção da Albrás ainda se deu pela primeira fase, bem como a Alunorte. No que consiste à segunda fase, foram implantados outros projetos que potencializaram a criação de portos privados. Segundo Coelho *et al.* (2004), ampliou-se a demanda acerca dos derivados de minério de alumínio como matéria-prima, havendo, assim, a ampliação na produção. Devido a isso, consequentemente, sucedeu-se a valorização da bauxita, que era produzida em Paragominas pela Companhia Vale do Rio Doce. E assim, para escoar o que era produzido, essa fase se seguiu com a ampliação do porto de Vila do Conde, que tinha como principal eixo rodoviário a Alça Viária (PA-483) e pela PA-481, nas quais tiveram o papel de corresponder a este volume de produção de alumina pela Alunorte (COELHO *et al.*, 2004).

A viabilidade e o sucesso da primeira etapa dependeram da construção, nos anos de 70 e 80, da Hidrelétrica de Tucuruí, de um lado, e do porto de Vila do Conde, de outro, que visavam, sobretudo, a implantação das empresas transformadoras do minério de alumínio, Albrás e Alunorte. O êxito da segunda fase deveu-se à estruturação de um corredor de exportação ligando, por minerodutos,

4 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6665.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

5 PARÁ. Procuradoria-Geral do Município. In: Prefeitura Municipal de Barcarena. Ofício nº 188, 2018. Disponível em: https://apublica.org/wp-content/uploads/2018/08/1.-Historico_Barcarena-PA.pdf. Acessado em 11 de nov. 2021.

as minas de caulim do rio Capim a Barcarena. A terceira base conjuga a ampliação da utilização da bauxita do rio Trombetas e a agregação de um novo mineroduto viabilizando o transporte de bauxita (vale do rio Capim), do município de Paragominas até Barcarena. (COELHO *et al.*, 2004, p. 148)

Ao final da década de 1970, as elites regionais e internacionais financeiras, bem como Albrás e Alunorte na época, desterritorializaram as populações da região de Vila do Conde para dar início às grandes construções. Daí eliminam-se os sítios e dá-se lugar aos casarios que atendiam às demandas das empresas, extinguindo-se a produção familiar e sua força de trabalho, dando espaço para a vinda de migrantes com mão de obra qualificada (NAHUM, 2008). Com o processo minero-metalúrgico intensivo, não teria como a mão de obra local compreender as formas de trabalho estipuladas pelas grandes corporações, visto que a base econômica de antemão era o extrativismo. Este momento então ficou muito característico, influenciando diretamente no comportamento da população e, a partir disso, produziu-se a Vila dos Cabanos como uma espécie de cidadela, “sua implantação objetivou assegurar uma base logística ao grande projeto, pois serviria de moradia aos funcionários das fábricas e de suporte técnico para algumas operações das empresas”. (SILVA *et al.*, 2016, p. 4)

Ademais, com a implantação da *company town*⁶ na década de 1990, segundo Silva *et al.* (2016), houve uma melhoria na economia da região, que atraiu migrantes na busca de emprego, devido às instalações das fábricas em Barcarena. Com isso, houve espontaneamente ocupações surgindo em locais que não constavam no plano urbanístico municipal e não apresentavam ocupações consolidadas. Por esse viés, pode-se analisar a Tabela 2 a seguir, com base nos dados do IBGE, e observar que, nos anos 1970 e 1980, o crescimento populacional ainda possuía pouca expressão, com aumento de 2.517 pessoas, cerca de 14% na fase inicial de instalação das fábricas. A partir dos anos de 1990, a população residente do município passou de 20.015 pessoas para cerca de 45.946 pessoas, um aumento de aproximadamente 29%. Nos anos seguintes, com a intensificação das migrações para a região de 1991 a 2010, em 19 anos houve um aumento de cerca de 53.913 pessoas, por volta de 85%.

Ademais, como complemento dos dados referente à totalidade, apresentamos a Tabela 2, que corresponde aos dados referentes à migração para o mu-

⁶ São cidades implantadas para atender às demandas e às necessidades dos grandes empreendimentos econômicos. Como no caso de Vila dos Cabanos (Projeto Albrás/Alunorte) (TRINDADE, 2005).

Tabela 1: População por situação de domicílio (população presente e residente), Barcarena - PA

Ano	Pop. Rural	Pop. Urbana	Total/Pessoas
1970	15.099	2.399	17.498
1980	13.304	6.711	20.015
1991	24.317	21.629	45.946
2000	35.501	27.767	63.268
2010	63.562	36.297	99.859
2021	-	-	129.333*

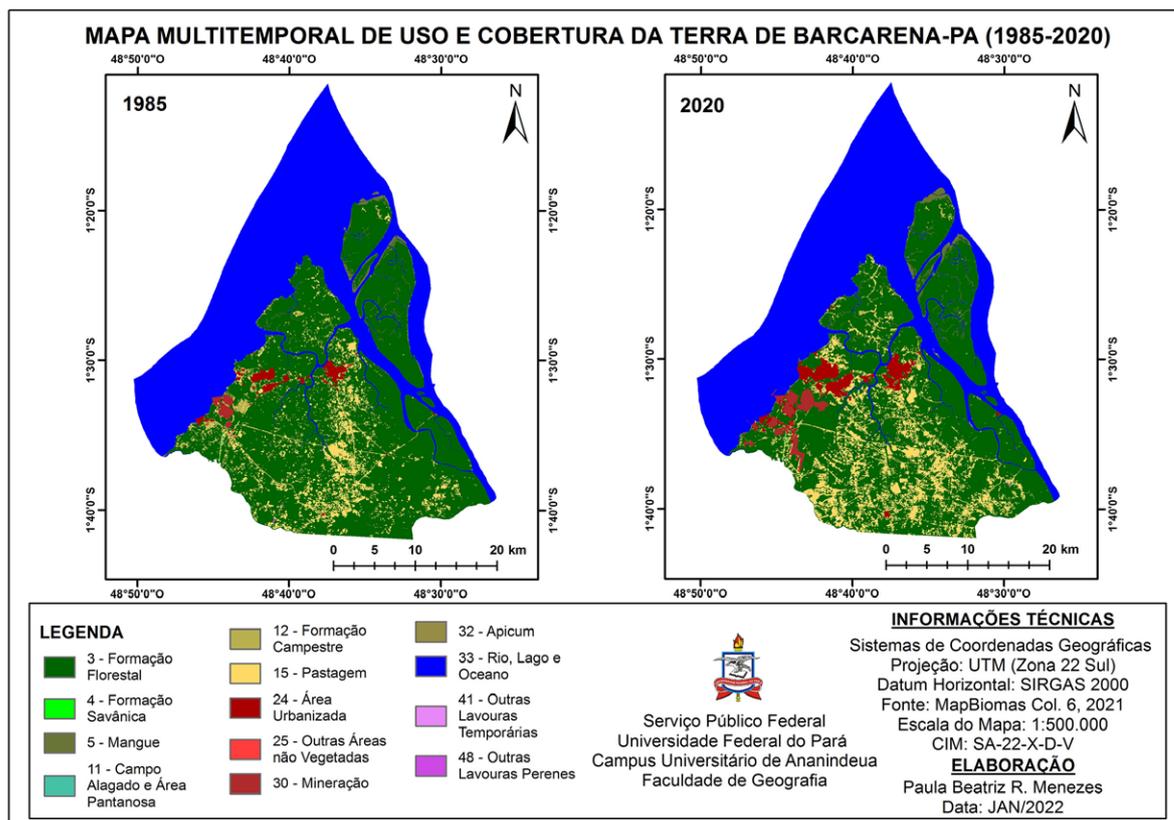
Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1950-2010. *População Estimada.

Tabela 2: Amostra Migração, Barcarena - PA

Pop. Residente	99.859	peessoas
Lugar de Nascimento		
Região Norte	93.153	peessoas
Região Nordeste	4.995	peessoas
Região Sudeste	1.037	peessoas
Região Sul	197	peessoas
Centro-Oeste	281	peessoas
Sem Especificação	158	peessoas
País Estrangeiro	38	peessoas

Fonte: IBGE, 2010.

Figura 2: Mapa multitemporal de uso e cobertura da terra



Fonte: Autoria própria, jan. de 2022.

nício, permitindo fazer a reflexão acerca de onde advém maior parte dos migrantes que chegam à cidade de Barcarena. Então, pode-se notar que são oriundos, em grande parte, da região nordeste e sudeste.

Silva e Albuquerque (2004) enfatizam que as instalações da Albrás e da Vila dos Cabanos impulsionaram o ordenamento territorial (Figura 3) no município ao longo dos anos, ocasionando, principalmente, a realocação da população nativa que ocupava os locais que eram direcionados às obras dessas empresas. A partir desse processo, ocorreu o grande movimento que levou parte da população a viver na área urbana.

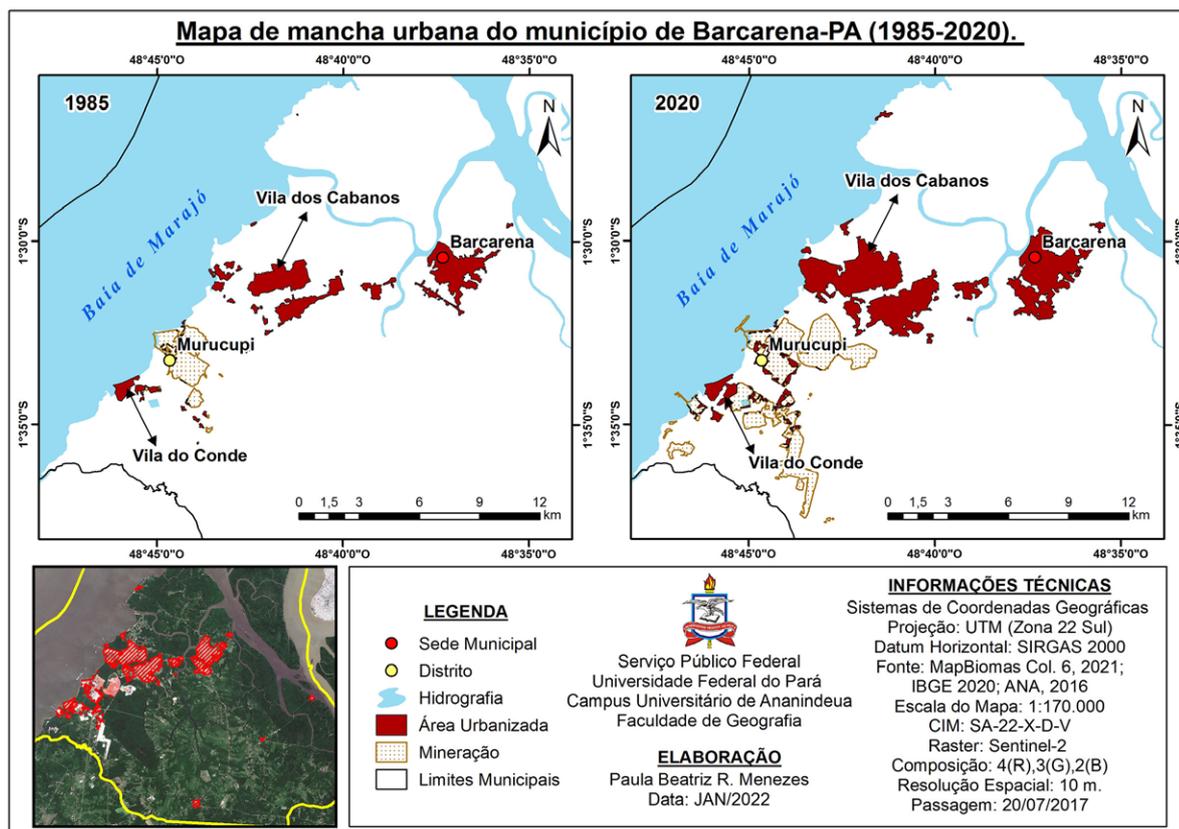
A Figura 2 permite identificar, entre os anos de 1985 e 2020, isto é, um intervalo de 35 anos, a expansão da mancha urbana e observar o constante crescimento dos núcleos urbanos de Barcarena, bem como em Vila dos Cabanos e em Barcarena Sede, diante da inserção de infraestruturas permitindo uma reorganização do espaço após a chegada das empresas em meados da década de 1970. Nesse sentido, o mapa que corresponde ao ano de 1985 demonstra pouca expressividade dos núcleos urbanos, diferentemente do que se nota no mapa correspondente ao ano de 2020, que expressa a expansão nas periferias de Vila dos Cabanos e Vila do Conde, como esteio das indústrias e dos portos, e de Barcarena Sede, devido às consequências de melhoria da *company town*.

Em meados da década de 1990, de acordo com Silva *et al.* (2016), a partir disso, a tendência se deu pela espacialização das indústrias pelo território que pode ser compreendido pelo mapa acima.

A Figura 3, evidenciada pelo mapa de mancha urbana, focaliza a expressividade da Área Urbanizada e o aumento da área disposta ao território referente à mineração, em que agentes relacionados a essa atividade econômica potencializaram a dinâmica urbana do município, com isso, destacou-se a Vila dos Cabanos e o distrito de Vila do Conde, para que pudessemos caracterizar a expansão urbana. Com isso, em 1985, em área compreendida como Área Urbanizada, tem-se cerca de 14 km² (correspondendo a 0,54% da área total do território). Em 2020, obteve um crescimento expressivo para 30 km² (por volta de 1,16%). Simultaneamente, a área associada à atividade da mineração, em 1985, consistia de 5 km² (equivalente a 0,20%), no ano de 2020 obteve um crescimento potencializado em 17 km² (proporcional a 0,68%). Essa expressividade revela o intenso processo de reestruturação do território, à medida que a atividade minero-metalúrgica cresce, seus efeitos têm provocado o aumento sincrônico da cidade.

Como observado na Figura 3, é percebido o espraiamento da mancha urbana e o consequente aumento da área dedicada à atividade de mineração,

Figura 3: Mapa de mancha urbana e das comunidades tradicionais no território do Conde



Fonte: Autoria própria, jan. de 2022.

levando em consideração esse crescimento que ocasionou a implantação de portos para atender a atividades que vão além da exportação de alumínio, como a exportação de elementos como a soja, o gado etc. Com isso, nota-se o tensionamento territorial que grande parte das comunidades tradicionais tem enfrentado no território do Conde⁷. As respectivas comunidades situadas no mapa: Maricá, Nova Canaã, Ilha de São João, Vila do Conde, Bairro Industrial, Dom Emanuel, Curuperé, Pramajó, Zé do Boi (Acuí), Acuí, São Joaquim, Santa Rosa, Arienga-Rio, São Sebastião, Tauá e São Lourenço.

Assim, ressalta Nahum (2006) que, atualmente, em Vila do Conde, encontram-se poucas famílias que ainda vivem da pequena produção agrícola ou do extrativismo e agora trabalham na área urbana de Vila dos Cabanos, na sede do município ou em outra

localidade.

Por esse viés, leva-se em consideração um estudo realizado por Hazeu e Costa (2019) que aponta uma intensa tentativa de reorganização da população no sentido de suas referências e de suas profissões tradicionais, no esforço de se inserir em lugares com novas dinâmicas. Ainda à luz disso, no contexto das rupturas discutidas ao longo do estudo, os autores mencionam os obstáculos encontrados à (re)existência desses povos, no que tange à perpetuação de suas tradições. A isso soma-se, ainda, as poucas oportunidades de trabalho nas empresas devido à mão de obra não qualificada, dando lugar ao subemprego. Hazeu e Costa (2019) apontam, também, Abaetetuba anteriormente como polo regional comercial. Nesse sentido, houve o investimento em cursos profissionalizantes, para que pudessem empregar a população na construção e na operacionalização do polo industrial em Barcarena.

Essas relações são expressas na Figura 4 (A e B). Na primeira, é possível observar os uniformes das empresas pendurados no varal, o que indica uma relação muito forte com a substituição das formas de trabalho. Já na segunda, pontua-se sobre como, além da resistência em permanecer nos locais de intensos conflitos entre comunidades tradicionais e empreendimentos, a venda de casas é presente, visto que al-

7 Boletim Estratégias de Desenvolvimento, mineração e desigualdade: cartografia social dos conflitos que atingem povos e comunidades tradicionais na Amazônia e no Cerrado/ A Guerra no Território do Conde: comunidades Tradicionais, migrantes, Estado e empresas na disputa territorial. – N. 5 (setembro, 2019). – São Luís: UEMA Edições/PPGCSPA/PNCSA, 2020. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/05-guerra-no-territorio-do-conde-comunidades-tradicionais-migrantes-estado-e-empresas-na-disputa-territorial/>. Acesso em: 15 set. 2022.

Figura 4: Relações territoriais atualmente estabelecidas



Fonte: Acervo do Laboratório de Estudos e Pesquisas Geográficas sobre Habitação e Moradia (LAHAM), Trabalho de campo realizado em junho de 2019 em Barcarena-PA.

gumas famílias são pressionadas a isso por não conseguirem indenização e sofrem com a intensificação das indústrias, assim, procuram outro local, geralmente Vila dos Cabanos.

Deste modo, cabe ressaltar as palavras do representante do Quilombo de São Lourenço em Barcarena:

[...] é muito colocado que algumas pessoas que são moradores dos quilombos apenas buscam indenizações, e não a melhoria na qualidade de vida dentro da comunidade, por mais que eles concordem que a venda da terra não é algo negociável, ainda procuram tirar vantagem de algumas formas. Outros apoiam e participam de movimentos de ocupação desordenada e invasão das terras, e se não houvesse resistência às famílias tradicionais dos quilombos, eles já teriam perdido suas terras [...] Agora, Barcarena é usada para abrir as portas de saída, por ser mais perto estrategicamente para a retirada de produtos e não há uma fiscalização por conta da água que é roubada da região [...]. (Entrevista cedida ao LAHAM em trabalho de campo realizado em jun. 2019 pelo representante do Quilombo de São Lourenço e membro do movimento Barcarena Livre)

Nesse sentido, levando em consideração os novos usos do território, bem como o desenvolvimento das indústrias e a intensificação dos empreendimentos avançando sobre o território, Silva *et al.* (2016) destacam que os dados socioeconômicos do município, sob o ponto de vista do PIB, apontam o crescimento nas receitas públicas e, conseqüentemente, o aumento da produção nessas áreas industriais, há um tipo de eclosão econômica. Com isso, ressaltamos o PIB do município de Barcarena em relação à capital pa-

raense, para demonstrar este crescimento econômico expressivo. Barcarena obtém cerca de 5.369.310,06 (x1000\$), e Belém, por volta de 106.380,47 do Produto Interno Bruto, certamente mil vezes maior que o da capital paraense. (IBGE *et al.*, 2019)

Entretanto, há contradições quanto a uma “eclosão econômica satisfatória” e, em contraponto, vemos a desapropriação de territórios e a geração de desigualdades socioespaciais, além dos impactos ambientais que a população vem vivenciando ao longo dos últimos anos com a contaminação de rios, igarapés e o solo, como o “caso Hydro”, ocorrido em 2018, no qual houve o vazamento de rejeitos da mineradora Hydro Alunorte contaminando o Rio Murucupi com metais pesados. Em matéria do G1 Pará (CARNEIRO, 2021), é noticiada ação protocolada na Holanda pedindo reparação a cerca de 11 mil famílias afetadas pelos empreendimentos instalados no estado, principalmente as populações de Barcarena e Abaetetuba, que são afetadas pela produção do alumínio.

Portanto, ao retomar Santos (1992), é possível analisar o contexto histórico da cidade de Barcarena pelo viés das periodizações das modernizações, sistematizadas em sua obra. Também é possível destacar as fundamentais relações estabelecidas nos usos do território no município, o período tecnológico ou técnico-científico informacional. Diante disso, partindo desse ponto de vista, pode-se explicar a evolução do espaço através das relações dos elementos e suas variáveis que constituem o sistema da cidade de Barcarena, as quais permitem analisar os usos do território.

A produção cartográfica permite ilustrar o uso e a ocupação do território caracterizado pelo processo acelerado de crescimento da mancha urbana, além de demonstrar o avanço expressivo do desmatamento na área de estudo ocasionado pela industrialização e pela expansão da cidade, que originaram a intensa expo-

sição do solo. Assim, nos permite a reflexão das intensas modificações do território e do modo de vida existente nas adjacências do espaço metamorfoseado pelas indústrias.

Deste modo, os elementos compuseram a estruturação e a reestruturação espacial do município, a partir da inserção das unidades fabris ligadas à atividade minero-metalúrgica em Barcarena, sendo, assim, expressas por aparatos de infraestruturas urbana, portuária e rodoviária de suporte aos projetos industriais ligados a esta atividade. Contudo, com visita *in loco*, sabe-se das problemáticas em relação a esses suportes, visto que pouco atendem a população do município

CONCLUSÕES

Anteriormente, como é colocado por Rodrigues e Hazeu (2019), a formação da cidade de Barcarena é composta por ribeirinhos, extrativistas, indígenas e quilombolas. Ao se discutir as significativas alterações enfrentadas ao longo de décadas, pouco se olha para os que já estavam ali, que dependiam da caça, da pesca e do plantio, e hoje sofrem com as metamorfoses ocasionadas no seu modo de vida ao transformar um meio de subsistência em apenas um trabalho laboral, tornando-os assalariados das indústrias como a Hydro Alunorte, por exemplo. Para além disso, torna-se fundamental compreender como as aceleradas mudanças resultantes do processo de reestruturação da cidade vêm contribuindo não apenas para a expansão acelerada do processo migratório em direção a Barcarena, mas para novos usos e abusos do território da cidade, para a intensificação das diferenciações socioespaciais e aprofundamento das desigualdades socioespaciais, expressas nas paisagens urbanas desta “cidade DA e NA floresta”, a qual, ao mesmo tempo que revela dinâmicas rurais e utiliza-se de recursos da floresta como meio de subsistência, também possui o “espaço floresta” enquanto recurso exploratório (TRINDADE, 2010), em que a cidade é compreendida aqui enquanto mosaico de espacialidades urbanas diferentes, diversas e desiguais.

Nesse contexto, torna-se necessária a reflexão diante dos processos relacionados aos agentes econômicos que vêm conduzindo no município um aparato de infraestrutura para atender à demanda industrial, como a implantação da *company town*. Por meio disso, as diversas problemáticas exploradas ao longo do trabalho são permeadas pela expropriação do território de povos caracterizados como tradicionais, ocupações irregulares que foram um fator preponderante para o crescimento urbano atual, além

de acidentes ambientais gerados pelo uso corporativo do território (SANTOS, 2006) para atender a demandas de indústrias.

Com efeito, os processos de aceleradas transformações territoriais na escala municipal de Barcarena são resultado de um desenvolvimento geográfico desigual, com manifestações expressivas nos usos e contrastos do território, fato que requer a construção de perspectivas de aprendizagem territorial, nos termos de Rocha (2016), a partir das quais os atores sociais e a gestão pública possam conceber e realizar processos reivindicatórios a partir de espaços de diálogos, de maneira a contribuir com a produção de cidades inclusivas, inteligentes, saudáveis e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, G. P. de. A Amazônia e o Projeto Grande Carajás: entre as tentativas de desenvolvimento da região e os problemas causados às populações indígenas. **Mundo Amazônico**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2015. DOI: 10.15446/ma.v6n2.52950. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/imanimundo/article/view/52950>. Acesso em: 10 de jan. 2022
- BECKER, Bertha. K. **Amazônia**. São Paulo: Ed. Ática, Princípios. 1991.
- BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004
- CARNEIRO, Taymá. Contaminação de rios em Barcarena, no PA, que afeta 40 mil pessoas vira processo internacional na Holanda. **G1 Pará**, Belém, 09 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/02/09/acao-coletiva-leva-caso-hydro-no-para-a-justica-holandesa.ghtml>. Acesso em: 15 jan. 2022
- COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu; SANTOS, Ivaneide Coelho. Políticas públicas, corredores de exportação, modernização portuária, industrialização e impactos territoriais e ambientais no município de Barcarena, Pará. v. 11, n. 1, p. 141-178, jun. Belém: **Novos Cadernos NAEA**, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **R. bras. Geogr.** Rio de Janeiro, ano 49, n. 3, jul./set. 1987, p. 39-68
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995
- HAZEU, Marcel Theodoor; COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Relatório Técnico**: conflitos e formação social do território do Conde. Grupo de Estudos Sociedade, Território e Resistência na Amazônia: GESTERRA/PPGSS/ICSA/UFPA.

- Relatório de pesquisa nº 01. jul. 2019.
- IBGE, Censo Demográfico 1950/2010. **Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1994, v. 54, 1994.
- IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/barcarena/pesquisa/38/46996?ano=2019>. Acesso em: 16 jan 2022.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed: Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999. 339 p.
- NAHUM, João Santos. **O uso do território em Barcarena: modernização e ações políticas conservadoras**. Rio Claro: [s.n.], 2006
- NAHUM, João Santos. Usos do território, modernização e ações políticas conservadoras em Barcarena-PA. **Geosul**: Florianópolis, v. 23, n. 45, p 65-84, jan. /jun. 2008
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder: Território e Poder**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993
- ROCHA, G. M. “Aprendizagem territorial”. In: ROCHA, G. M.; TEISSERENC, P.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. (Org.). **Aprendizagem territorial: dinâmicas territoriais, participação social e ação local na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2016, pp. 9-24.
- RODRIGUES, Jondison Cardoso; HAZEU, Marcel Theodor. Projetos de infraestrutura, desastres e indicativos para novos desastres em Barcarena, Pará, Brasil. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 9, p. 818-838, 12 dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v9i0.2457>
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.
- SANTOS, Milton. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. In: **Cadernos IPPUR/UF RJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. ano XII. nº 2. p. 15-26. ago-dez. 1999. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1986
- SOUZA, *et al.* Reconstructing Three Decades of Land Use and Land Cover Changes in Brazilian Biomes with Landsat Archive and Earth Engine. **Remote Sensing**: v. 12, p. 17, 2020. 10.3390/rs12172735
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Editora Valer, 2009.
- SILVA, A. C. da. **O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI: o território nas tramas das significações imaginárias**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Geografia, FCT-UNESP-Presidente Prudente, 2010, 340 f. (Anexo).
- SILVA, Christian Nunes da; *et al.* Uso do território e implicações socioterritoriais da mineração no Município de Barcarena (Pará – Brasil): População, arrecadação e segurança pública. **RE – Espacios**, v. 38, p. 24, Ano 2017.
- SILVA, C. N.; ALBUQUERQUE, A. M. Organização Social: Demografia, família, associativismo e participação política. In: SIMONIAN, Ligia T. L. (org.). **Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambioca (Barcarena, PA)**. Belém: NAEA/UFPA, 2004, p. 137-184.
- TRINDADE, S. C. C., Jr. A cidade na Floresta: os “grandes Objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço Amazônico. **Revista IEB**, (n.50), 2010, 113-137.
- TRINDADE, S. C. C., Jr. Pensando a modernização do território e urbanização difusa na Amazônia. **Mercator**: Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 93-106, dez. 2015. DOI: 10.4215/RM2015.1404.0007.

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa teve sua origem nos anos de iniciação científica e a partir dela, tive como fundamento para o Trabalho de Conclusão de Curso. Portanto, agradeço ao CNPq e à Universidade Federal do Pará (UFPA) pelo apoio nos anos de bolsista PIBIC e pelos incentivos à pesquisa. Além destas instituições, agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Jovenil-

do Cardoso Rodrigues e ao meu co-orientador Me. Wellington Augusto Andrade Fernandes. Também agradeço aos parceiros do Laboratório de Estudos e Pesquisas Geográficas sobre Habitação e Moradia (LAHAM) pelas contribuições durante a realização do trabalho de campo no alicerce dos caminhos a serem traçados com o estudo realizado e ao Laborató-

rio de Análises Espaciais do NAEA Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne. Assim como às entidades do poder público, de agentes privados e ao representante do quilombo da Vila de São Lourenço e membro do movimento Barcarena Livre, que contribuíram para a construção das reflexões acerca do que foi debatido ao longo deste artigo. ■

Paula Beatriz Rêgo Menezes é mestranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. paulamgeo@gmail.com

Jovenildo Cardoso Rodrigues é doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista e Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. jovengeo@yahoo.com.br

Wellington Augusto Andrade Fernandes é doutorando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. wfernandes@ufpa.br